

---

## *Trajetórias militares, política imperial e escrita da história<sup>1</sup>*

*Adriana Barreto de Souza\**

---

**Resumo:** A biografia tem estado nas últimas décadas no centro dos debates historiográficos. Este artigo sugere que parte do *mal estar* gerado por essa polêmica é de ordem epistemológica. Resulta da dificuldade de se pensar o singular como lugar de articulação de uma escrita da história. Dessa forma, ele se constrói como um exercício. Em um primeiro momento, procuro destacar as particularidades da composição do corpo de oficiais do Exército imperial que impediram o trabalho com procedimentos clássicos da história social, como a idéia de biografia representativa. Em seguida, proponho uma outra abordagem do biográfico, centrando-me na narrativa da etapa inicial e no encontro das trajetórias do Duque de Caxias e do general Osório.

**Palavras-chave:** biografia, exército imperial e escrita da História.

**Abstract:** In the past decades biography has been in the center of historiographical debates. This article suggests that part of the uneasiness generated by this polemics is of epistemological order. It results from the difficulty to think the singular as a place for articulation of a writing of history. In this way it builds up as an exercise. Firstly I try to highlight the particularities of the composition of the body of officers of the Imperial Army who hindered the work with classical procedures of social history as the idea of representative biography. Then I propose another approach of the biographical, focusing on the narrative of the initial stage, and when the paths of Duque de Caxias and General Osório meet.

**Key words:** biography, Imperial Army, writing of history.

---

*L'individu est important surtout en tant que lieu d'une activité intense et spécifiquement humaine de lecture, d'interprétation et de construction du 'réel'.*

(Gribaudi, 1998, p. 123).

---

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social do IFCS/UFRJ e autora do livro *O exército na consolidação do império* (Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa de 1997); e-mail: adriane\_barreto@uol.com.br

A biografia tem estado, nas últimas décadas, no centro dos debates historiográficos. Com ela, ou mesmo através dela, várias outras questões teóricas associadas à escrita da História oitocentista e tidas por ultrapassadas reapareceram. A expressão *le retour*, nesse sentido, é significativa. Não era só a biografia que retornava. *Le retour* também nomeava as experiências realizadas na área da história política e as investigações organizadas a partir de técnicas narrativas. O movimento abriu uma crise, as reações foram fortes, e as acusações bastante conhecidas: o que retornava era um modelo de história superficial e anedótico. O curioso, e talvez menos perceptível, é que, em seguida, essa sensação de crise vai sendo minimizada e parte do debate é incorporado ao antigo modelo macroestrutural da Escola dos *Annales*. O *Filipe II*, de Braudel é, ainda hoje, com frequência recuperado como exemplo da antiga preocupação francesa com o biográfico, mesmo depois de Jacques Le Goff ter lembrado que o personagem central dessa magnífica obra era o Mediterrâneo (Le Goff, 1989), e o moleiro de Ginzburg torna-se, em célebre texto de Michel Vovelle (Vovelle, 1985), um exemplo bem sucedido de estudo de caso. Ou seja, aceitando o debate nesses termos, o espaço para as biografias na História continua muito limitado. Ainda predominam dois usos da biografia: a biografia representativa e o estudo de caso. Os dois, no entanto, acabam negando o próprio biográfico como lugar de produção de uma escrita da História. A escolha de uma trajetória de vida pelas pesquisas que trabalham com a idéia de representatividade ocorre em função não do que há de singular nessa trajetória. Seu valor está no fato de sintetizar várias outras biografias, presentes no texto, através apenas de números e quadros estatísticos. Dessa forma, o que legitima seu estudo continua sendo procedimentos clássicos da história social, pautados na generalização. Daí o termo, representativo. Destacar esse fato não implica questionar os resultados apresentados por essas pesquisas. Esses procedimentos são indiscutivelmente eficientes e sempre terão lugar garantido nas análises do social. Importa apenas dizer que não é esse tipo de uso da biografia que costuma gerar um certo “mal-estar” entre os historiadores. Esse uso já foi incorporado como uma prática científica.

O trabalho com a idéia de estudo de caso valoriza ainda menos o biográfico como lugar de produção de um discurso histórico. O nome define bem o procedimento adotado. Primeiro, se procede a uma análise macroestrutural para, só depois, quando já estão elaborados seus quadros explicativos, ter início a análise biográfica. Sua função, assim, é unicamente ilustrativa.

Uma aproximação da antropologia e da história da arte,<sup>2</sup> porém, tem permitido a re-elaboração dos termos desse debate e a realização de uma

nova leitura do sentimento de crise experimentado pelos historiadores na década de 70. O incômodo gerado pelo retorno da biografia é de ordem epistemológica: o que está no centro do debate, sendo contestada, é a própria oposição entre o local e o global, entre o singular e o universal.<sup>3</sup>

Assim, este artigo se constrói como um exercício. Tendo que escrever uma biografia – a biografia do Duque de Caxias – estive por alguns meses no meio dessa discussão sem perceber muitas alternativas. O impulso inicial foi recorrer à idéia de representatividade e pensar o patrono do Exército Brasileiro como um típico oficial aristocrata, mas os dados que possuía não ajudavam. A heterogeneidade do corpo de oficiais que compunha o exército imperial não permitia pensar que a trajetória de Caxias representava a de outros generais de sua geração. Cada qual tinha ingressado no generalato por caminhos muito diferentes. Como pensar, então, uma biografia, a biografia do Duque de Caxias? De que maneira pensar a vinculação da trajetória desse indivíduo a questões mais amplas relativas ao Exército, à composição do oficialato e à política imperial? Nas próximas páginas, é minha intenção pôr em relevo as singularidades dessa instituição à primeira vista tão familiar – o Exército imperial – e propor uma outra abordagem do biográfico, centrando-me na etapa inicial e no encontro das trajetórias do Duque de Caxias e do General Osório.

### **O princípio aristocrático no Exército**

As rebeliões regenciais são uma referência-chave para a organização da política do Segundo Reinado. A difusão por todo território nacional, na década de 30, de movimentos populares que contavam com a adesão de facções das elites regionais evidenciava uma crise no funcionamento das instituições políticas do Império. Durante a última Regência, iniciada com o gabinete de 19 de setembro de 1837, o temor provocado por essas rebeliões se revela na unanimidade com que a Câmara se pronunciava – reconheciam, mesmo os liberais, até então contrários a medidas de força, a necessidade de ordem. Uma demanda que foi habilmente explorada pelos conservadores na fundação de uma proposta centralizadora. A Coroa, enquanto poder moderador, deveria exercer o papel de gerenciadora dessas disputas regionais, reintegrando, através de mecanismos monopolistas, os poderes locais e as forças populares em um sistema hierárquico que redefinisse a relação de ambos com a sociedade e com o executivo.<sup>4</sup> O arranjo político-institucional que predominaria nos anos subseqüentes e a própria integridade do Império constituíam, portanto, durante os decênios de 1830 e 40, uma questão em aberto.

Um ponto importante, porém pouco estudado no processo de acumulação de poder pela Coroa é o papel desempenhado pelo Exército. Tradicionalmente, ele é abordado como braço armado do poder central no combate às rebeliões e, sem dúvida, essa foi uma função do Exército. O que pretendo destacar, no entanto, é um outro papel, menos óbvio, cumprido pelas forças regulares nesse processo de acumulação de poder: a reforma de sua estrutura interna, burocrática, a partir de um sistema de hierarquizações orquestrado pela Coroa permitiu que se costurasse, em seus próprios quadros, a unidade nacional. Ele também era um recurso administrativo.

Vejamos. Dentre as várias políticas empreendidas pelos conservadores na regência Araújo Lima, destaca-se uma ampla reforma do Exército (Souza, 1999). A intenção era reativar a instituição, completamente desmobilizada pela ação liberal iniciada com a abdicação de D. Pedro I. Assim, agia-se sobretudo na ampliação do número de postos administrativos e na reorganização dos meios de controle sobre essa burocracia. Os minuciosos relatórios apresentados pelo ministro da guerra na Câmara indicam o sentido da reforma. Na opinião do gabinete conservador de 1837, as rebeliões eram resultado da “má direção” dos negócios públicos. O descontrole dos liberais sobre as forças militares é que tinha promovido a “anarquia”. Uma argumentação que seria reforçada pelo “ato de traição” do Coronel Bento Manuel Ribeiro, oficial do Exército imperial que durante a guerra passou para o lado dos farrapos, ainda levando como prisioneiro o presidente do Rio Grande do Sul. O episódio seria amplamente explorado, na Câmara, pelos conservadores com o objetivo de provar a legitimidade de suas acusações sobre a má administração liberal, aumentar sua base de apoio e abrir caminho para a implantação definitiva da reforma.

Essa reforma do Exército porém tem limites: ela não obedecia aos princípios modernos de profissionalização. Não se pretendia com ela desvincular a hierarquia do Exército da hierarquia social. Os critérios de ascensão na carreira continuavam acompanhando o sistema de distinções de base aristocrática que estruturava todo o corpo social: combinavam elementos relativos à origem social e atuação política (Carvalho, 1978; Schulz, 1994; Souza, 1999). Não foram poucos os oficiais que alcançaram o generalato na década de 1850 sem ter sequer uma passagem pelos inúmeros campos de batalha formados no País, nos anos precedentes. Predicados militares não eram pré-requisito para a ascensão na carreira. Como em qualquer sociedade de “antigo regime”, o monarca detinha o controle, inclusive, sobre a distribuição de bens simbólicos (Fragoso; Bicalho; Gouvêa, 2001). Ele podia conceder a seus súditos, considerando os serviços por eles prestados, uma patente de oficial-general, assim como fazia com títulos de nobreza e outras mercês.

A reforma conservadora também jamais objetivou eliminar antigas instituições militares. O Exército continuaria dividindo áreas de atuação com a Guarda Nacional e as ordenanças. A reforma buscava, na verdade, reordenar as relações entre a oficialidade dessas diferentes forças militares, sobretudo as relações entre oficiais do Exército e da Guarda Nacional. Esse jogo de re-ordenação hierárquica que, no período colonial, conseguiu integrar tradições e símbolos da monarquia portuguesa aos interesses das elites da porção ocidental de seu império (Bicalho, 1997), na década de 1840 funcionaria para consolidar a monarquia sediada no Rio de Janeiro, constituindo uma excelente estratégia para negociar a adesão de setores das elites provinciais. Cada uma das expedições militares enviadas às províncias, durante o tempo em que estiveram rebeladas, tinha a missão de negociar os termos dessa adesão. A guerra continuava sendo uma ação dirigida sobretudo à “escória da população”. O poder exercido pela “casa” não só interessava, como era fundamental na articulação da proposta de monarquia dos saquaremas. Um pensamento explicitado com clareza no famoso discurso pronunciado por Nabuco de Araújo, anos mais tarde, quando afirmaria que a missão do governo que representa o princípio conservador não era “[...] guerrear e exterminar famílias”, mas sim, “[...] aproveitar essas influências no interesse público, identificá-lo com a monarquia e com as instituições” (Matos, 1990, p. 90). É nesse sentido, no trabalho de incorporação das elites provinciais, que as patentes e postos do Exército podiam ser úteis. A nomeação de membros dessa elite para altos postos do Exército era uma prova da confiança que o poder central depositava nessas autoridades, quando subordinadas.

O cadetismo é o melhor exemplo do poder dos bens simbólicos nessas negociações. A distinção, com longa tradição na história portuguesa, fora herdada pela cultura política brasileira. Recuperar parte da história dessa distinção pode ajudar, assim, a entender o interesse dos dirigentes do novo império por símbolos de uma cultura aristocrática portuguesa e, desse modo, como e que usos esses símbolos acabam tendo entre os habitantes do Império.

O alvará de criação desse título, assinado em 16 de março de 1757, afirmava o desejo da Coroa portuguesa de que a nobreza de seus reinos tivesse escolas próprias para se instruir nas artes e disciplina militares e, por isso, favoreceria a entrada de jovens nobres no Exército fornecendo-lhes uma distinção – o título de cadete.<sup>5</sup> A intenção era claramente intervencionista e procurava minimizar, através de um investimento de longo prazo, os problemas gerados por um oficialato composto, na sua maioria, por homens que não faziam idéia do que significava subordinação. Não foi outro o motivo

da recuperação da palavra cadete. Do latim *capitettus*, o vocábulo originalmente designava o filho mais moço de cada família e foi consagrado na literatura dos séculos XVI e XVII ao nomear comportamentos comuns entre os estudantes de ascendência nobre, em que predominavam as arruaças noturnas que quebravam a tranqüilidade das ruas estreitas e sem iluminação. Um outro aspecto desse estilo de vida ou, para usar o termo apropriado, do cadetismo era o fato de que, geralmente, a maior parte dessa juventude, em algum momento, ingressava no Exército, não deixando dúvidas, à vista da sociedade, quais as qualidades exigidas pela ocupação: deviam ser destemidos e truculentos (Cidade, 1961, p. 15).

Assim, o alvará atuaria justamente sobre o núcleo desse significado, procurando fundar um novo padrão de comportamento. A partir de 1757, *cadete* é o título militar com o qual o jovem ingressava na carreira e, para sua concessão, exigia-se o reconhecimento de algumas regras prescritas por lei. Uma vez cadete, deveria usar uniformes com as mesmas divisas dos oficiais – dragonas e carriéis de ouro e prata – e apresentar boa conduta em lugares públicos, transformando-se num exemplo de fidelidade à Coroa. Essas regras deixam claro o interesse monárquico em exercer um controle sobre o típico descomedimento que, caracterizando a atuação desses jovens, parecia ser um pré-requisito para ingresso na carreira militar (Cidade, 1961, p. 21).

Há, porém, um detalhe curioso nesse alvará: ele também abre o acesso ao título de cadete para os filhos de oficiais do Exército e dos terços auxiliares. A única preocupação, no caso, era reservar o privilégio para filhos de oficiais de patente. Para os oficiais do Exército a patente mínima seria a de Sargento-Mor e nos terços era a de Coronel. A distinção igualava, assim, nobres e filhos de oficiais. Na prática, esses ainda tinham uma vantagem: não precisavam se submeter ao longo processo de comprovação de nobreza. Para eles, bastava o registro de batismo.<sup>6</sup>

De maneira geral, essa nuance foi até hoje pouco explorada. Sem dúvida, uma das intenções do Marquês de Pombal era subordinar através do alvará os filhos da nobreza às novas regras políticas e, portanto, ao poder central. Outra intenção não menos clara contudo era atrair para a carreira filhos de oficiais superiores. Ora, para esses jovens, oriundos de setores não nobres da sociedade, portar as mesmas dragonas e carriéis de ouro e prata usados pelos oficiais era um grande símbolo de distinção. Muito mais valorizado uma vez que era o único que provavelmente detinham. A Coroa também demonstrava, com essa atitude, que vinha olhando com mais cuidado para o grupo de oficiais subalternos e superiores. Distinguir os filhos alimentava a ambição dos pais e ampliava as bases de apoio da monarquia.

Os primeiros anos do reinado de D. José foram duros, marcados por várias revoltas da nobreza, a que a monarquia respondia com igual violência. O atentado contra a vida do rei em 1758 agravou a crise. A ação repressiva, então iniciada, culminou com a *Sentença da Inconfidência*, condenando a penas severíssimas os principais implicados e definindo uma ruptura irreconciliável entre o governo e parte da nobreza mais tradicional de Portugal (Falcon, 1982, p. 377). Mas com que forças o monarca podia contar nesse movimento de acúmulo de poder?

Uma situação semelhante era experimentada pela elite saquarema nas décadas de 1830 e 1840. A Guarda Nacional, tendo em consideração os relatos dos presidentes de província, não era uma força confiável. Além da falta de preparo propriamente militar, por vezes, seus comandantes e oficiais aderiam à causa dos rebeldes. Era uma força – não se pode esquecer isso – vinculada aos propósitos descentralizadores dos liberais de 1831. O título de cadete havia resistido a todas as mudanças políticas das três primeiras décadas do século XIX, e permanecia em vigor no Brasil. É claro que, na ausência de uma nobreza de sangue no novo império, o grupo mais beneficiado com a distinção era o de filhos de militares de patente. A vantagem oferecida para o jovem que assentasse praça como cadete no Brasil era o acesso direto ao grupo de oficiais subalternos do Exército, evitando a passagem pelos postos inferiores.<sup>7</sup> Além disso, somando a esse privilégio a prestação de serviços à Coroa, o jovem ascendia rapidamente na carreira. Mesmo com a falta de informações mais sistemáticas sobre a fase inicial da trajetória de alguns dos oficiais que alcançariam o generalato na década de 1850, é possível afirmar que mais de 60% deles assentaram praça como cadete (Souza, 1999, p. 61), ou seja, o título permanecia como um importante elemento de distinção social, ainda que adaptado à realidade brasileira. O oficial-cadete que se mantivesse fiel à Coroa poderia ascender rapidamente ao grupo de oficiais gerais e – é importante destacar – à alta burocracia do Estado, que, segundo José Murilo de Carvalho, coincidia, nesse período, com o grupo de elite política (Carvalho, 1981). A distinção de origem portuguesa continuava organizando os altos quadros militares e políticos do Brasil.

Ainda que existissem, como vimos, regras precisas para se obter o título de cadete, não se pode esquecer que o monopólio de distribuição desses bens pertencia à Coroa. Desse modo, caso o monarca considerasse pertinente, ele poderia abrir uma exceção na lei e conceder o título a um jovem que, a princípio, a ele não teria direito. Quer dizer, lançando mão dessa política de mercês, a Coroa ampliava enormemente a sua capacidade de re-articulação do sistema de hierarquias sociais, e a oficialidade do

Exército, pensada como uma instituição aristocrática, se tornava peça-chave nessa política. O título de cadete, sobretudo, era extremamente cobiçado. Não só por sua antiguidade – um elemento bastante valorizado por “sociedades jovens” – mas porque concedido a rapazes em início de carreira, constituía uma promessa de rápida ascensão. É claro que, ao final, tudo dependia de uma série de fatores contextuais interessantes ou não para a Coroa.

Por fim, é importante enfatizar duas idéias: primeiro, não se pode dizer que existisse na primeira metade do século XIX um Exército nacional, o que havia eram diversas forças militares que tinham se formado de maneira relativamente independente durante os séculos precedentes e que se organizavam segundo normas específicas (Kraay, 2001); segundo, se a princípio é indispensável identificar a lógica que informa essas normas, é igualmente importante perguntar sobre seu funcionamento e sobre a capacidade de indivíduos, através de uma ação pessoal, da criação de alianças, circularem e ampliarem suas possibilidades de atuação (Cerutti, 1995).

### **Caxias e Osório**

As trajetórias de Caxias e Osório ainda não receberam dos pesquisadores um tratamento mais circunstanciado. As biografias existentes são, na sua grande maioria, textos com objetivos laudatórios ou didáticos. A matriz dessas biografias é, no caso de Caxias, a escrita pelo padre e político conservador Joaquim Pinto de Campos. Editada em 1878, com o consentimento do biografado, retrata Caxias como símbolo maior de um Exército nacional: disciplinado, competente e – curiosamente – avesso à política. De Osório, a mais importante biografia foi escrita por seu filho e deputado republicano, Fernando Luís Osório, para as comemorações de inauguração de sua estátua equestre na praça Quinze de Novembro, em 1892. O Osório descrito por seu filho, e consagrado pelo novo regime, é popular, sensível e, acima de tudo, um cidadão – “daqueles que julgavam que a farda não deve abafar o cidadão no peito do soldado” (Osório, 1894, p. XXIX).

Imagens diferentes, memórias concorrentes. As disputas políticas que se processam, sobretudo no século XX, em torno da memória dos dois personagens propõem um debate sobre o lugar que cada um deles deveria ocupar no panteão nacional e estabelecem uma concorrência: quem representaria melhor o Exército brasileiro?<sup>8</sup> A escolha por um ou outro varia de acordo com os interesses políticos em jogo. No entanto, o que interessa destacar é que essa discussão só é possível porque as trajetórias pessoais e profissionais de Osório e de Caxias são muito distintas, disponibilizando elementos históricos diferentes para a composição de suas memórias.<sup>9</sup>

Caxias nasceu em uma família tradicional de militares de carreira que desembarcou no Rio de Janeiro, em fins do século XVIII, com o regimento de Bragança para defender os interesses da Coroa portuguesa no sul do País. Após a guerra, seu avô, José Joaquim de Lima e Silva, na época um jovem alferes de 23 anos de idade, decidiu permanecer na cidade. Casou-se com uma das filhas do Capitão de Milícia Manuel da Fonseca Costa e, como era usual, fez uso de sua descendência masculina para firmar o nome da família no Exército: seus cinco filhos seguiram a carreira das armas e assentaram praça no 1º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro, mesmo regimento a que José Joaquim de Lima pertencia e que viria a comandar em 1808. Nessa mesma data, não por acaso, o referido regimento já era informalmente denominado *Regimento dos Lima*. Foi ainda em 1808 que Luiz Alves de Lima, seu primeiro neto homem, aos cinco anos de idade, assentou praça como cadete no mesmo regimento. O ingresso tão precoce do menino Luiz Alves no Exército era, sem dúvida, um sinal do sucesso do projeto do avô. Aos 15 anos, dando continuidade a esse projeto, ingressava na Real Academia Militar, no Rio de Janeiro, cidade onde construiria (anos depois) sua carreira em meio aos tumultos ocorridos após a abdicação de D. Pedro I. Filho do então regente, Francisco de Lima e Silva, e com tios ocupando os principais postos militares do País, seguiu em 1839 para o Maranhão e, aos 38 anos, era brigadeiro e barão.

Osório, nascido em uma família de estancieiros, possui uma história muito diferente. Proveniente dos Açores, sua família chegou a Santa Catarina também no século XVIII através de uma política de incentivos da Coroa visando o povoamento daquela região. O pai, como boa parte dos proprietários da localidade, acumulava um posto na Legião de Cavalaria da Guarda Nacional, na qual alcançou a patente de Tenente-Coronel. Envolveu-se em conflitos de fronteira e aproveitou a oportunidade para introduzir seu filho de 15 anos de idade na carreira militar, levando-o a assentar praça como voluntário na Guarda Nacional. O rapaz desejava ser doutor, mas acabou concordando com o argumento do pai sobre a falta de recursos da família. Sabia que para estudar Direito era necessário deixar a província e que a família não teria como mantê-lo durante o tempo de duração de seus estudos. Em retribuição aos serviços militares que Osório-pai prestou à Coroa, o capitão-general e visconde da Laguna decidiu conceder o título de cadete ao jovem Osório. Encaminhou um requerimento à coroa e obteve resposta positiva. A distinção foi então concedida ao jovem oficial, mas, contrariamente ao que aconteceu com Caxias, esse título poucos benefícios lhe rendeu. Osório só conseguiu postos nas forças de segunda linha e ascendeu

lentamente na carreira. O sucesso profissional só ocorreu quando encontrou o então barão de Caxias, justamente no combate à rebelião mais renitente legada pelo Período Regencial, a Revolução Farrroupilha. Caxias era Marechal-de-Campo, comandante-em-chefe do Exército em operações no Rio Grande do Sul e presidente da mesma província. Osório era major do Exército depois de ter permanecido 11 anos com a patente de tenente e quatro com a de capitão.

Esse encontro ampliou o repertório de possibilidades de ambos. A circulação geográfica e as estratégias adotadas por Caxias na pacificação da província lhe permitiram a criação de novos laços políticos e a expansão da sua rede de atuação. Osório talvez tenha sido o mais importante desses novos laços. Emissário de Caxias junto aos rebeldes, ao final da guerra, era tenente-coronel, comandante do seu próprio regimento, cavaleiro da ordem de São Bento de Aviz e grande amigo do agora conde. Uma nova configuração social está sendo tecida através da atuação desses homens.<sup>10</sup> O governo imperial não foi vitorioso apenas porque derrotou os farrapos. Ele também integrava parte da elite rio-grandense na estrutura do Exército imperial e tecia uma rede que seria acionada em diversos outros momentos, seja para enfrentar disputas internacionais próximas à região, seja para manter a coesão política em torno dos princípios conservadores.

Foi no Rio Grande do Sul que Caxias viveu seus primeiros dias de glória. A folha gaúcha *O Imparcial* passou todo o mês de abril de 1845 narrando os festejos realizados para o conde. No dia 10, dia de sua chegada à Capital da província, foi acolhido com uma grande recepção por políticos e militares. No restante do mês, a cidade continuava a contar com mascarados pelas ruas, iluminação nos quartéis e casas da cidade, recepções e declamações de alunas de colégios da região. A diretoria do teatro particular Pedro II também decidiu fazer uma homenagem e levou à cena em obséquio à Sua Excelência, o Conde, a peça *O Hello*, em cujos intervalos se recitaram, nos camarotes, sonetos em sua homenagem. Após o espetáculo, e por dias seguidos, a população ainda veria, enfeitando as noites da cidade, girândolas de fogo. Comemorações que só cessariam em meados do mês de maio. A melhor retribuição, no entanto, estaria por vir. Nas primeiras eleições para o Senado e para as assembleias (geral e provincial) depois da pacificação, Caxias, utilizando os recursos que havia capitaneado com a sua atuação no combate aos farrapos, escreve para o amigo Osório, passando-lhe instruções. Diz claramente para que ele continuasse “cabalando forte em Bage” porque “[...] do mais ele cuidaria” (Osório, 1894, p. 422). O resultado da eleição demonstra a eficácia das redes social e política que se formaram: Caxias é nomeado senador, seu primo – Luís Alves de Oliveira Bello –, deputado geral, e o amigo Osório, deputado provincial.

## Considerações finais

A narrativa, ainda que breve, de parte da trajetória desses dois grandes nomes do Exército, permite retomar a questão inicial desse artigo sobre a possibilidade de articulação de uma escrita da história a partir da singularidade de uma biografia. A intenção era destacar particularidades contextuais para, através delas, fazer surgir nuances da trama que regulava as relações político-militares nos primeiros anos do Segundo Reinado. Uma trama que ainda se mostrará bastante eficaz décadas mais tarde, na guerra contra o Paraguai.

O resultado de uma pesquisa desse tipo é, sem dúvida, limitado. Sua força não está na generalização. O encontro de outros oficiais militares, ou mesmo o encontro de Caxias com outro oficial, certamente produziria resultados diferentes, mas, no caso de uma sociedade tão hierarquizada e diferenciada em termos econômicos e políticos como a sociedade imperial, abdicar de análises macro-estruturais pode ser muito interessante para a compreensão das dinâmicas que reagruparam hierarquicamente tradições militares variadas e contribuíram para a consolidação do princípio monárquico no Brasil. Estreitar o foco de análise para poder rastrear de forma limitada as trajetórias do Duque de Caxias e do General Osório põe em destaque a complexidade de diversos fenômenos e traços culturais que, em outra abordagem, poderiam parecer inconciliáveis ou em vias de desaparecimento. Aqui, ao contrário, eles aparecem desempenhando um papel bastante ativo na organização das relações sociais no Império.

Como procurei mostrar, vários elementos históricos contribuíam para fazer da oficialidade do século XIX um grupo extremamente heterogêneo: a região geográfica em questão, a presença e a importância local de outras forças militares e as necessidades político-militares da Coroa. O que antes parecia um problema torna-se, assim, o lugar de articulação da pesquisa. Essa heterogeneidade está na base da elaboração e da leitura dos dados coletados. Um procedimento tradicional exigiria que tratássemos as trajetórias de Caxias e Osório como casos típicos que representariam outras tantas trajetórias não abordadas pelo texto. O que vimos, no entanto, é que o Exército imperial comportava e era capaz de integrar pessoas com perfis profissionais muito diferentes. Assim, quando digo que a experiência da rebelião teve tais ou quais conseqüências para Osório, não posso promover uma generalização e imaginar que a rebelião teve o mesmo efeito na carreira de outros oficiais. Ela não é entendida como um fator de homogeneização, mas de individualização. A proposta é de inversão: ao invés de partir de um contexto geral para situar a atuação de alguns personagens, o contexto passa a ser desenhado em função da circulação desses personagens e dos episódios

em que se envolveram. O contexto passa a ser plural. Daí a opção de alguns historiadores pelo conceito de configuração. Todo indivíduo ocupa uma posição em uma teia humana composta por relações que não lhe é permitido modificar senão dentro de certos limites. Escrever uma biografia é, em parte, pensar essas relações que se precipitam sobre um indivíduo no momento de seu nascimento e a partir das quais ele se colocará no mundo (Elias 1994). O conceito de configuração expressa essa rede de dependências de forma plástica, como inter-relações em constante adaptação. O que se enfatiza, nesse caso, é a forma como cada oficial utilizou os recursos que encontrava à sua disposição, até porque a distribuição desses recursos também nunca é idêntica.

A discussão sobre o biográfico cria um certo *mal-estar* entre os historiadores porque parece dizer que há uma outra forma de se conhecer o *real* diferente das grandes sínteses deduzidas dos traços gerais de um número mais ou menos grande de exemplos representativos e que essas sínteses, por tenderem para a unidade, talvez contenham menos do social do que as singularidades. Por isso, quanto maior o alcance desses grandes quadros explicativos, menos eles resistem a análises elaboradas a partir de um trabalho empírico minucioso. A singularidade instaura um corte, cria *brechas* de acesso ao passado e gera um inquietante sentimento de estranhamento, como o produzido ao nos depararmos com um oficial-cadete de cinco anos de idade. O que parece uma idiosincrasia pode ser a porta de acesso a uma outra cultura.

## Notas

---

<sup>1</sup> As leituras teóricas aqui referenciadas foram realizadas durante o período em que estive em Paris com uma bolsa sanduíche. Agradeço, assim, ao CNPQ a bolsa concedida e ao Prof. Dr. Manoel Luiz Salgado Guimarães a possibilidade de dar continuidade a essas discussões através do seminário de leitura “Abordagens teóricas da cultura histórica oitocentista” por ele coordenado.

<sup>2</sup> Uma referência nesse caso é o estudo do antropólogo Georges Didi-Huberman, que tem trabalhado com o método Warburgiano aplicado à história da arte.

<sup>3</sup> Uma série de pesquisas vinculadas ao que se convencionou chamar micro-história tem trabalhado com a idéia de que cada ator histórico se inscreve em contextos de dimensões e de níveis variados, do mais local ao mais global. Com isso, tentam mostrar que não existe um hiato, menos ainda uma oposição, entre essas dimensões. Ver: Giovanni Levi, Maurizio Gribaudi, Sabina Loriga e Simona Cerutti.

<sup>4</sup> Sobre o processo de construção do Estado imperial, duas referências obrigatórias são as teses de José Murilo de Carvalho e Ilmar

Matos. Para a discussão do mesmo tema sob o enfoque das instituições jurídicas, Thomas Flory.

<sup>5</sup> *Coleção de Leis, Alvarás e decretos Militares*. Alvará de 16 de março de 1757.

<sup>6</sup> Todos esses dados foram retirados da *Coleção de Leis, Alvarás e Decretos Militares*. (Ibidem).

<sup>7</sup> Observar a organização do quadro hierárquico do Exército nesse período pode ajudar a entender esse privilégio:

**Oficiais:** Oficiais Gerais; Marechal de Exército; Tenente-General; Marechal-de-Campo; Brigadeiro.

**Oficiais Superiores:** Coronel; Tenente-Coronel; Sargento-Mor.

**Oficiais Subalternos:** Capitão; Tenente; Alferes.

**Oficiais Inferiores:** Primeiro-Sargento; Segundo-Sargento; Furiel.

**Baionetas:** Cabo; Anseçada; Soldado.

<sup>8</sup> Uma referência obrigatória é a pesquisa de Celso Castro sobre a “Invenção do Exército Brasileiro”. Um trabalho que segue a mesma linha e aborda as disputas políticas envolvidas na construção de estátuas desses dois generais na Capital federal, na virada do século, é o artigo de Adriana Barreto de Souza.

<sup>9</sup> A idéia da instituição de uma memória como uma “montagem” que ocorre a partir de uma base “real” de dados, processando um jogo que a um só tempo lembra e silencia, é trabalhada por Michel Pollak.

<sup>10</sup> Os conceitos de rede, laços, experiência e configuração têm organizado várias pesquisas e sendo intensamente discutidos por um grupo de pesquisadores da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*: Maurizio Gribaudi, Sabina Loriga e Simona Cerutti.

## Referências bibliográficas

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro na dinâmica colonial portuguesa, séculos XVII e XVIII*. 1997. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. *História Geral da Civilização Brasileira* 9. Ed. São Paulo: Difel, 1978.

\_\_\_\_\_. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1981.

CASTRO, Celso. *Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

\_\_\_\_\_. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CERUTTI, Simona. Normes et pratiques, ou de la légitimité de leur opposition. In: LEPETIT, Bernard. *Les formes de l'expérience: une autre histoire sociale*. Paris: Albin Michele, 1995.

CIDADE, Francisco de Paula. *Cadetes e alunos militares através dos tempos*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1961.

DIDI-HUBERMAN, George. Pour une anthropologie des singularités formelles. Remarque sur l'invention warburgienne. *Genèses*. Sciences Sociales et Histoire, 24 sept. p. 145-156. 1996.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

- FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina* (Política Econômica e Monarquia Ilustrada). São Paulo: Ática, 1982.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRIBAUDI, Maurizio. *Itinéraires ouvriers: espaces et groupes sociaux à Turin au début du XXe. siècle.* Paris: EHESS, 1987.
- \_\_\_\_\_. Escala, pertinência e configuração. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise.* Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Micro-História: reconstruindo o campo de possibilidades. *Topoi*, Rio de Janeiro: n. 1, p. 217-223, 2000.
- HUMBOLDT, Wilhelm Von. *La tâche de l'historien.* Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires de Lille, 1985.
- KRAAY, Hendrik. *Race, state, and armed forces in independence-era, Brazil: Bahia, 1790s-1840s.* Stanford: Stanford University Press, 2001.
- LE GOFF, Jacques. Comment écrire une biographie historique aujourd'hui? *Le Débat*, mars/avril 1989.
- LEVI, Giovanni. *Le pouvoir au village: histoire d'un exorciste dans le Piémonte du XVIIIe. siècle.* Paris: Gallimard, 1989.
- \_\_\_\_\_. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (org.). *Usos & Abusos da História Oral.* Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- LORIGA, Sabina. *A biografia como problema.* In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Être historien aujourd'hui.* Conferência realizada no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ em julho de 2002.
- MATOS, Ilmar Roloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial.* São Paulo: Hucitec, 1990.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, n. 3; p. 3-15, 1989.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias. Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, n. 19, p. 3-19, 1997.
- SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar.* São Paulo: Edusp, 1994.
- SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- \_\_\_\_\_. Osório e Caxias: a memória militar que a república manda guardar. In: *Varia História.* Belo Horizonte, n. 25, UFBH, p. 231-251, jul. 2001.
- VOVELLE, Michel. Du quantitatif à l'étude de cas: Théodore Desorgués. *Actes du Colloque Problèmes et méthodes de la biographie.* Sorbonne, p. 191-198, 3-4 mai 1985.
- ZAPPERI, Roberto. *Annibale Carracci.* Portrait de l'artiste en jeune homme. Aix-en-Provence: 1990.